

## APRESENTAÇÃO

A historiografia deste começo de século XXI herdou do século passado a sua concepção de história social, que se relaciona com as duas vertentes fundamentais, ligadas, de um lado, ao materialismo histórico, ou marxismo e, do outro, àquela ligada à revista *Annales d'histoire économique et sociale*, surgida em 1929.

Ao longo do século XIX e no início do século XX, a historiografia praticada nos grandes centros de produção intelectual concebia a história como uma espécie de história militar ou diplomática, admitida essencialmente a partir de e através do Estado. Marcada por uma produção historiográfica com o predomínio na narrativa, povoada de acontecimentos, grandes vultos, estava centrada nas grandes batalhas, nas guerras e nas negociações envolvendo os diferentes estados.

Este era o “paradigma tradicional”, definido pelo historiador alemão Leopold Von Ranke. De acordo com Hebe Castro, o movimento dos *Annales*, fundado por Marc Bloch e Lucien Febvre, surge como resposta a esta historiografia. Contra este “paradigma tradicional”, os mentores do movimento

[...] propunham uma história problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra “social”, enfatizada por Febvre, em *Combates por la história* (CASTRO, 1997, p. 45).

A História Social surge, assim, marcada pela interdisciplinaridade, por novos problemas, métodos e abordagens. Em oposição à história tradicional, ela surge como uma espécie de síntese, reafirmando o princípio de que, em História, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Advertia Albert Soboul, já em 1965, num colóquio na Escola Normal de Saint-Cloud:

A expressão durante tanto tempo usada de história econômica e social traduz contudo uma concepção estreita e mecanicista, hoje ultrapassada, da história social considerada como um simples apêndice da história econômica. De fato, os progressos por vezes espetaculares desta última, em que triunfa a medida, não foram seguidos de um progresso paralelo da história social, por falta de um método

específico. No seu desenvolvimento histórico, a história social baseou-se em primeiro lugar na história da conjuntura, num segundo tempo ocupou-se essencialmente do estudo das estruturas sociais (SOBOUL, 1973, p. 28-29).

De fato, desde 1930 esta História Social, inspirada pelos *Annales*, desenvolvia-se a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos, e, a partir da década de 1950, o ponto de maior polêmica era o privilégio dado às tendências de longo prazo sobre os eventos. Assim, predominava a longa duração como forma de explicação histórica, ou seja, uma história estruturante, uma história imóvel.

O principal representante desta “História de Longa Duração” foi Fernand Braudel. Segundo Michel Vovelle,

No campo histórico, ele se afirmava pelo menos por referência a um passado para nós quase longínquo, o da História historicizante ou episódica, a mesma que os primeiros líderes da Escola do *Annales* eliminaram completamente, e que ele estigmatizava como o acontecimento explosivo, notícia sonante... cuja fumaça abusiva, penetra a consciência dos contemporâneos... O acontecimento tornou-se para ele em sua última expressão, o tempo curto, a mais caprichosa e mais enganadora das durações (VOVELLE, 1991, p. 260)

Segundo Jacques Revel (2000), este novo modo de fazer história considerava que as evoluções maciças eram as únicas capazes de desvendar os sentidos das transformações das sociedades humanas através do tempo. Para Natalie Zemon Davis, este seria o modelo de história social clássica, que mantinha estreitos vínculos, principalmente com a economia. De acordo com a autora, esta visão clássica “se interesa por los grupos – em especial, aunque no de manera exclusiva, por las clases sociales – por su definicion, creacion y relaciones” (DAVIS, 1991, p. 177).

A historiografia marxista, por sua vez – seguindo os princípios norteadores consagrados desde o século XIX por seus fundadores, Marx e Engels –, direcionava-se para a elaboração de uma história preocupada com a conjunção dos aspectos econômicos e dos aspectos sociais. O que haveria de relevante a ser estudado não era certamente a história dos grandes homens, ou mesmo a história política dos grandes estados e das instituições, mas a história dos “modos de produção” – isto é, das bases econômicas e sociais que determinariam a vida social – e a história das “lutas de classes”, isto é, das relações entre os diversos grupos sociais presentes em uma sociedade, particularmente nas suas situações de conflito. O econômico surgia como o elemento determinante e definidor das relações de produção, chave fundamental para a análise e compreensão das relações entre os homens no interior da sociedade, o objeto central do estudo. Nessa concepção, o Estado era visto como mero instrumento da classe dominante, sem nenhuma margem de autonomia. O político e o cultural passavam a ser meros reflexos das injunções econômicas, destituídos de dinâmica própria.

Desejosas de ir mais fundo na história, de apreender o mais profundo da realidade, essas vertentes, guardando-se as peculiaridades que as diferenciavam, sustentavam que as estruturas duráveis são mais reais e determinantes do que os acidentes de conjuntura. Seus pressupostos eram que os fenômenos inscritos na longa duração são mais significativos do que os movimentos de fraca amplitude, e que os comportamentos coletivos têm mais importância sobre o curso da história que as iniciativas individuais. As realidades do trabalho e da produção, e não mais regimes políticos, deveriam ser objeto da atenção dos historiadores. Enfim, o fundamental era o estudo das estruturas: o importante não é aquilo que é manifesto, aquilo que se vê, mas o que está por trás do manifesto. Tudo o que é manifesto é, ao mesmo tempo, superficial.

A partir dos anos 1960, no auge das abordagens estruturalistas, a história social recolocou como questão o papel da ação humana na história e o problema das durações. No momento em que se passa a formular como problema o comportamento humano, o tempo de experiência e do vivido (conjunturas) se impunha aos pesquisadores: “Esta postura leva o historiador a privilegiar durações mais curtas, em relação às abordagens econômicas, demográficas ou das mentalidades, sem que estas deixassem de compor-lhes um campo de referência” (CASTRO, 1997, p. 49). Como lembra Adeline Daumard, o tempo na história social não deve ser muito longo, “deve ser um tempo biológico com uma duração máxima de três gerações, pois cada indivíduo se beneficia com a experiência de seus pais e participa da de seus filhos” (DAUMARD, 1985, p. 49).

Para Natalie Zemon Davis, além do privilégio dado ao tempo curto, outra característica que marca essa nova análise do social, e que mais uma vez a diferencia daquela mais clássica, é sua aproximação com a antropologia, através da qual os critérios culturais acabam por modelar os processos sociais. Para Daumard (1985, p. 49), “esta aproximação com a antropologia levaria a história social, em sentido estrito, a privilegiar progressivamente abordagens socioculturais sobre os enfoques econômico-sociais até então predominantes”. Assim, esta aproximação privilegiaria o cultural como fator que forma o social, além de conduzir esta abordagem histórica do social a temas como comportamento social, vivência cultural, experiência, estratégias sociais etc. Essa postura vai de encontro à perspectiva do antropólogo Clifford Geertz, para quem a cultura determina tudo, uma vez que toda a ação humana é culturalmente informada para que se possa fazer sentido num determinado contexto social.

Esse período foi marcado, também, pela crítica devastadora de Michel Foucault. Dentre os autores que têm dedicado esforços na análise da influência de seu trabalho, destacam-se Paul Veyne, no artigo “Foucault revoluciona a história”, e Roger Chartier, em “O passado composto. Relações entre filosofia e história”. Esses autores concordam com o fato de que a maior contribuição de Foucault para as ciências humanas, e para a história em especial, centra-se no fato de que “ele não é dualista, não

pretende opor a realidade à aparência”, o que culmina com o irrompimento das discontinuidades no interior das ciências sociais.

Mas o que esses autores apontam como o aspecto mais revolucionário da obra de Foucault refere-se ao surgimento de uma nova concepção de “anatomia do poder”. Para ele, não se tratava mais de fazer uma análise do Estado e de “seus aparelhos”. Ao contrário, adere-se a uma percepção do poder enquanto uma estratégia, que faz com que o Estado se desmantele, abolindo definitivamente a idéia de um centro capaz de coordenar ou tecer sozinho a malha do poder que se abateria sobre a sociedade. Não mais o Estado tão somente, mas os micropoderes descontínuos e dispersos no interior da sociedade – micro-poderes que nada mais são que partes constitutivas dessa mesma sociedade.

As questões levantadas pela recente história política remetem a outro conceito muito revisitado ultimamente pela historiografia. Referimo-nos ao conceito de cultura política (Cf. BERSTEIN, 1998; DUTRA, 2001). Tal conceito está presente, sob formas nem sempre explícitas, em muitas análises políticas, desde o século XIX, tendo sido reformulado pela ciência política após a Segunda Guerra Mundial. Foi submetido a inúmeras críticas desde então, sobretudo por parte da antropologia, cada vez mais interessada em relativizar padrões culturais, ao contrário do que propunha a “teoria da cultura política”, dedicada a estabelecer um viés normativo de interpretação da cultura e da ação política (KUSCNIER; PIQUET-CARNEIRO, 1999).

No campo da história, o uso do conceito foi distinto, sendo possível relacioná-lo à renovação da história política e da história cultural. O interesse pelo conceito se deve ao fato de que ele permite explicar ou compreender o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas próprias percepções, lógicas cognitivas, memórias, vivências e sensibilidades. Considerado “um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, o conceito torna-se útil ao historiador que rejeita anacronismos e não deseja estabelecer interpretações normativas ou unívocas (BERSTEIN, 1998)

De modo geral, pode-se dizer que as culturas políticas têm formas pelas quais se manifestam e se evidenciam mais freqüentemente, como um projeto de sociedade, de Estado ou uma leitura compartilhada de um passado comum. Têm, igualmente, algumas instituições-chave, como a família, os partidos, os sindicatos, as Igrejas, as escolas, embora grupos sociais diversos também possam ser importantes para sua transmissão e recepção. Por outro lado, as culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes ou na criação de identidades, sendo seus usos extremamente eficientes e pragmáticos. Em todos os casos, as culturas políticas articulam idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, vocabulário, imagens e memórias em prol de lutas políticas e culturais.

Já a tarefa de investigar a noção de cultura histórica, reconhecemos, é bastante complexa. Ao contrário do que ocorre com o conceito de cultura política, prevalece uma certa dificuldade em traçar o histórico do uso dessa categoria. Como categoria descritiva, ela tem servido muito mais para delinear

um conjunto de fenômenos histórico-culturais representativos do modo como uma sociedade ou determinados grupos lidam com a temporalidade (passado-presente-futuro) ou promovem usos do passado. Neste sentido, é possível pensar culturas históricas concorrentes, conflitantes ou concomitantes em um mesmo período e/ou local.

O uso da categoria no campo historiográfico coloca alguns problemas, em parte devido às dificuldades impostas pelo conceito de cultura (GEERTZ, 1989; SAHLINS, 1990), em parte pelo uso da história como meio de atribuir sentido ou qualidade à cultura. A noção de cultura histórica – como também a de cultura política – em sentido literal vem sendo trabalhada pelos historiadores da cultura há algum tempo, já que implica considerar a cultura de um ponto de vista histórico e político.<sup>1</sup> Em outros termos, rompendo-se com as interpretações da cultura como algo homogêneo, universal e imutável, a noção de cultura histórica tem permitido pensar os fenômenos culturais em função de sua historicidade, ou, ainda, de suas relações com a temporalidade e com os conflitos sociais. Mas, como outros instrumentos utilizados pelos historiadores, o conceito de cultura histórica também pode oferecer interessantes questões ao nosso trabalho, desde que relacionados a um programa de pesquisas capaz de explicitar as construções que a expressão recobre, tornando-se inseparável do contexto em meio ao qual ela é elaborada e aplicada e dos grupos sociais que a construíram.

Um esforço de conceituação e de definição de um programa de pesquisa sobre a cultura histórica é feito por dois medievalistas franceses. A expressão é utilizada por Jacques Le Goff que, por sua vez, a adotou de Bernard Guenée (*Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, 1980), para quem a cultura histórica é “a bagagem profissional do historiador, a sua biblioteca de obras históricas, o público e a audiência dos historiadores”. Le Goff amplia essa concepção ao acrescentar-lhe “a relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado” (LE GOFF, 1990, p. 47-48). Por meio de fontes que servem como “testemunhas do gosto de algumas sociedades históricas pelo seu passado”, tais como a literatura, as artes, os manuais escolares de história, a historiografia etc., o autor propõe o modo como uma sociedade – ou melhor, setores dela – concebe o passado.

Dialogando com essa conceituação, veremos como uma nova história política está sendo gestada, questionando tanto a nossa cultura histórica quanto a nossa cultura política. Essa “nova” historiografia reúne um conjunto de obras representativas das contribuições mais importantes ocorridas nos estudos sobre a história do Brasil nos últimos anos. Essa contribuição decorre, ao menos em parte, do uso dos conceitos de cultura política e de Antigo Regime como elementos fundamentais para a compreensão dos processos históricos da Europa moderna e da América colonial. Seus autores partem da percepção de que a análise das relações entre metrópole e colônia, que hoje está presente no

---

<sup>1</sup> E. P. Thompson trouxe significativas contribuições à perspectiva de que o mundo cultural é sempre um campo de conflitos historicamente determinado (Cf. THOMPSON, 1998).

discurso historiográfico e no ensino da história, não é suficiente para explicar as redes e as dinâmicas políticas no mundo moderno, exigindo noções mais precisas a respeito da inserção de seus respectivos objetos num contexto bem mais amplo e complexo do que se tem pensado e ensinado. As velhas dicotomias entre colônia de exploração e de povoamento caem por terra; os conceitos de nação e Estado nacional são inteiramente revistos.

Recentes publicações atestam um novo interesse pela esfera do político, revisitado sob uma ótica diversa daquela há mais de um século adotada pela historiografia tradicional, que definia a história política apenas por seu conteúdo político-institucional. Novos conteúdos, introduzidos pela história das mentalidades, pela antropologia histórica, pelos estudos de gênero, pelas críticas ao estruturalismo-marxista, pela introdução dos excluídos no discurso histórico, pela concepção foucaultiana de diluição do poder pelo tecido social e pelo conceito de resistência social, permitiram visualizar inusitadas dimensões na esfera do político.

Os trabalhos de E.P. Thompson, Maurice Agulhon, Jacques Le Goff, Raymond Williams, François Furet, Marc Ferro, entre outros, apontam para o alargamento da compreensão do domínio do político, definido por Pierre Rosanvallon (1996) como o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica na qual a experiência coletiva se enraíza e ao mesmo tempo se reflete. Essa conceituação, emergente da prática historiográfica contemporânea interdisciplinarizada, procura compreender em um mesmo ato de conhecimento a longa e a curta duração, bem como o *locus* por excelência onde se realiza o reconhecimento da essência do histórico.

Poder-se-ia dizer, ainda, que o político é a dimensão da história que abriga as relações diretas e ideais do viver coletivo; é a instância do real onde se organizam com mais nitidez as experiências coletivas. Os homens vivem há séculos dentro de um espaço político institucionalmente delimitado – o Estado – de cujo aparato jurídico, que se desdobra em vários segmentos, depende em grande parte a vida das sociedades. A questão política se manifesta também informalmente – como mostrou Foucault – no exercício do poder detectado em diferentes relações sociais.

A abrangência das ações institucionais torna os fatos políticos referenciais do tempo coletivo; pessoas, grupos, povos organizam-se no tempo, sobretudo através dos acontecimentos imediatos da política. O político é a emergência das experiências coletivas, e não a proveniência, no sentido que Foucault dá a esses termos. Ou seja, nem intenções ocultas, nem subterrâneos incrustados nas tradições, mas aquilo que aparece, que se manifesta regulando as relações humanas. Lugar onde se experimentam vontades e sonhos coletivos, conscientes ou inconscientes.

Nos anos finais do século XX, vários autores dedicaram suas análises em favor de uma reavaliação da história política no contexto da historiografia. De um lado temos, por exemplo, a contribuição de Antônio Manuel Hespanha, em Portugal, envolvido num trabalho de reatualização dos

métodos e objetos pertinentes aos estudos relativos ao poder e às instituições políticas no interior da sociedade de Antigo Regime português. René Remond (1994) é outro autor que se coloca como grande expoente dessa corrente de preocupações no caso da França. A marca fundamental dessa corrente de estudiosos é a identificação de um campo específico do político, com estruturas e uma cultura que lhe são próprias, assim como a inserção desse campo de conhecimento no interior da historiografia atual em uma perspectiva mais ampla. Preocupa-se com a “história das formações políticas e das ideologias, em que o estudo da cultura política ocupa um lugar importante para a reflexão e explicação dos fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo de longa duração” (FERREIRA, 1992, p. 268). Cabe destacar a grande importância desses autores, que insistem em enfatizar o lugar e o papel da História Política na atualidade da produção historiográfica, a despeito do persistente descrédito que ainda marca o estudo do político (FERREIRA, 1992, p. 271).<sup>2</sup>

Por fim, a discussão acerca da relação estabelecida pelos historiadores entre cultura e política ao longo das três últimas décadas tem apresentado, entre vários aspectos, uma característica em particular que merece destaque especial. Nela, o Estado e suas principais agências administrativas têm deixado de constituir o principal foco de atenção das análises empreendidas em termos da organização política e cultural das sociedades estudadas. A reflexão desencadeada por Michel Foucault, na década de 1970 passou a privilegiar uma compreensão do “poder” enquanto “estratégia”, limitando assim a idéia de que haveria um único ou principal centro de poder capaz de determinar ou coordenar as relações de poder travadas numa dada sociedade (FOUCAULT, 1977, p. 1990). A ideia de micropoderes privilegiou a percepção do campo político como uma malha, constituída por poderes descontínuos e dispersos, não havendo um único agente capaz de determinar ou definir as formas possíveis de exercício do poder – ou dos poderes – no interior desse conjunto. Eliminou-se, assim, a dicotomia incontornável que se acreditava opor, de modo derradeiro e irremediável, as duas partes do binômio dominador/dominado, opressor/oprimido. Desde então, poder passou a ser sempre entendido enquanto uma relação, um poder relacional.

Pode-se, finalmente, perceber que “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado” (FOUCAULT, 1990, p. 221). Conclusão essa que incidiu numa profunda revisão nas formas como vinham sendo produzidos os estudos na área da história política. O estudo do campo político – do Estado e de suas instituições – passou a ser encarado numa perspectiva muito mais ampla do que aquilo que se entendia como sendo, então, o poder (Cf. FERREIRA, 1992; REMOND, 1996; RIOUX; SIRINELLI, 1998; SOIHET; BICALHO, GOUVÊA, 2005). Em meio a esse processo, a discussão em torno do conceito de cultura política surgiu como uma rica e importante opção em termos do desenvolvimento de estudos na área da

---

<sup>2</sup> A propósito, ver também Falcon (1996).

“nova” história política. Em termos gerais, tem sido sugerido que tal noção implica a identificação de uma espécie de código e/ou de um conjunto de referenciais constituídos e formalizados em um grupo social ou a partir de uma tradição política. A percepção de uma cultura política resulta, assim, numa “leitura comum do passado”, como também numa “projeção no futuro vivida em conjunto” por um determinado grupo social (BERSTEIN, 1998, p. 351-352).

Tal noção é entendida como estando intimamente vinculada à cultura global de uma sociedade – e por que não dizer de uma temporalidade – sem que por isso se confunda com a mesma, na medida em que seu campo de aderência e aplicação se restringe mais especificamente ao campo do político (BERSTEIN, 1998, p. 352). A estratégia de análise resulta em uma maior ênfase na compreensão das motivações que incidiram para que determinado indivíduo – ou grupo de indivíduos – ou sociedade adotassem um comportamento político e não outro. Historiadores têm concluído que culturas políticas têm se constituído em fator de agregação social, concorrendo, de modo preponderante, em favor da constituição de uma visão comum da vida em sociedade, de uma leitura coletiva em termos gerais tanto do passado quanto do futuro. Esses historiadores contribuem, portanto, para a formação de um “patrimônio” coletivo constituído por vocabulários, valores, símbolos, ideias políticas, atitudes e gestos, enfim, todo um complexo conjunto de elementos que ajudam a dar forma a um grupo social, uma sociedade ou mesmo uma temporalidade.

Vale ainda lembrar que, em relação às sociedades do Antigo Regime, parte significativa da historiografia dedicada ao estudo do tema tem considerado aspectos relativos a uma cultura política característica dessa temporalidade como um todo. Ou seja, uma “cultura política dos tempos modernos” pautada, fundamentalmente, na dinâmica das sociedades de corte, na pessoa do rei enquanto cabeça capaz de articular o corpo social como um todo, na mistura entre o *público* e o *privado*, bem como uma associação entre o político, o econômico e o social.<sup>3</sup>

Grande destaque tem sido dispensado, nessa perspectiva, por parte de uma historiografia portuguesa especializada, à análise dos aspectos que mais de perto caracterizaram a “cultura política portuguesa na época moderna”. Destaca-se, especialmente, a percepção do hibridismo que havia caracterizado o processo de surgimento do “cavaleiro-mercador”, personagem-chave a liderar o processo de expansão marítima portuguesa (Cf. GODINHO, 1987), bem como a cultura política das cortes e a adoção da prática letrada na sociedade de corte (CARDIM, 1998; CURTO, 1993). As concepções corporativas da sociedade portuguesa, bem como o processo de formação da nobreza e a

---

<sup>3</sup> Destaca-se, principalmente, a obra de Norbert Elias, especialmente seu clássico *A sociedade de corte*, publicado pela primeira vez na década de 1940, tendo recebido em 2001 uma tradução brasileira pela editora Jorge Zahar. Além desse, o livro de Marc Bloch *Os reis taumaturgos*, publicado pela primeira vez na França em 1924, traduzido pela Companhia das Letras em 1993. Vale, também, destacar os trabalhos de Alvarez (2002), Chartier (1990), Ladurie (1994).

dinâmica das redes clientelares em Portugal, mereceram também grande destaque enquanto elementos fundadores de uma cultura política particular daquele tempo e lugar.<sup>4</sup>

Outro aspecto que interessa aqui analisar é a importância da sociabilidade propiciada pela dinâmica relacional das redes imperiais no interior do mundo português da época moderna. Produzidos nos últimos 15 anos, vários trabalhos dedicados ao estudo do império português vêm analisando a formação de redes imperiais – principalmente as redes mercantis –, considerando-as como “espirais de poder” que acabaram por viabilizar determinadas tramas e dinâmicas socioeconômicas, que deram vida e forma à materialidade e à governabilidade portuguesa em seus domínios ultramarinos.<sup>5</sup> Vale destacar a dificuldade de se definir com precisão a forma de qualificar o caráter dessas redes na época moderna portuguesa, tendo em vista ser impossível separar as esferas do político, do econômico e do social, como dito anteriormente. Os trabalhos mais recentes de João Fragoso têm demonstrado como os grupos econômicos que promoveram a ocupação do recôncavo da Guanabara tiraram partido das posições ocupadas na administração portuguesa que ia se instalando na região, nos séculos XVI e XVII (Cf. FRAGOSO; FOLRENTINO, 1977; FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, 2000). A “economia do bem comum” se constituiu em mecanismo através do qual a “conquista” articulou o sistema de mercês ao acesso às prerrogativas dos cargos ocupados na câmara concelhia, constituindo caminho privilegiado de montagem da *plantation* escravista e da própria primeira elite senhorial no Rio de Janeiro.

Dessa forma, a grande novidade da Nova História Política – se comparada com a aquela história “tradicional” do século XIX – encontra-se situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto. É o Estado, portanto, aquele que se situa no centro daquilo que constituiu as preocupações fundamentais da Nova História Política. Mesmo quando se trata de um estudo sobre cultura política, essa “cultura” é aquela que envolve elementos relacionados ao Estado e às instituições de poder vinculadas a ele mais diretamente. Nesses termos, a ênfase em uma história das guerras ou das relações diplomáticas pura e simplesmente decaiu significativamente. Pensa-se agora em termos dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas, enfim, fato que demonstra a vitalidade da ciência política no interior da produção historiográfica. Resgata-se a ação dos homens no campo político, reconhecendo-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo.

---

<sup>4</sup> Ver, em particular, Cunha (2000), Hespanha (1993), Monteiro (1998)

<sup>5</sup> Chama-se a atenção para a originalidade da obra do historiador português Vitorino Magalhães Godinho, que, há décadas, vem se dedicando ao estudo das redes mercantis como fator decisivo na formação do império português da época moderna (Cf. GODINHO, 1978, 1987).

É nesse sentido, que cabe destacar a ação inovadora de Peter Burke (1993, texto publicado na Inglaterra e nos Estados Unidos em 1992), Jean-Marie Apostolides (1993, publicado neste mesmo ano em França), Rui Bebião (1987) e Emmanuel Le Roy Ladurie (1994, publicado pela primeira vez na França em 1987). Privilegiando o Estado monárquico francês, esses autores elaboraram estudos exemplares no interior desse movimento em favor de uma nova história política. Nos três primeiros exemplos, temos a análise fascinante da precocidade do surgimento da *mídia*, da teatralidade e dos rituais praticados no interior do Antigo Regime francês e português, fenômenos esses que serviram de instrumentos fundamentais para a construção e consolidação do poder do monarca absoluto de maior relevância no Antigo Regime – Luís XIV, o “Rei-Sol”, assim como seu congênere português, D. João V. No outro exemplo, Ladurie (1994) retoma o exercício analítico de uma macro-temática na longa duração, tornando possível perceber o lento processo através do qual se realizou a construção do Estado monárquico na França dos Valois. Estamos diante, pois, de quatro grandes expoentes da Nova História Política, que, a partir da análise do Estado, contemplam uma releitura dos vários aspectos que permearam a construção de um sistema de governo e de uma cultura política determinada, relacionando, ainda, essa dimensão com o conjunto da totalidade da sociedade em questão.

A par com essas abordagens, outros fenômenos, como as cerimônias públicas, as festas e os rituais enquanto expressões do poder régio e instrumentos da sua afirmação têm sido objeto de inúmeros estudos no contexto da historiografia política, dos anos 90 do século XX aos nossos dias. Embora alguns destes estudos se debrucem sobre a monarquia medieval e o início da Época Moderna, a maioria centra a sua análise no tempo e no processo de construção da monarquia absoluta, especialmente nos reinados de D. João IV, D. Pedro II e D. João V de Portugal. Esses trabalhos interpretam, especificamente, a questão da utilização da religião e da linguagem do sagrado na afirmação do poder régio e na construção da imagem do príncipe e dos fundamentos do seu poder ao longo da Época Moderna. Ressalte-se que a maioria destes estudos não contempla, exclusivamente, esta perspectiva, integrando-a numa análise que tenta descodificar os diversos instrumentos e linguagens do poder – sagrados ou profanos.

Cabe lembrar Michael Foucault, mais uma vez: “o poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado” (FOUCAULT, 1990, p. 221). Seria talvez essa a marca mais forte da Nova História Política, na medida em que o *político* – o Estado e suas instituições – passa a ser estudado sob essa perspectiva mais ampla que caracteriza o poder. Isso nos lembra que o poder é também exercido a nível local. Karl Marx indicava que, metodologicamente, o pensamento deve executar um movimento que parte sempre do mais simples para o mais complexo. Segundo ele, “o concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do

diverso” (MARX, 1987, p. 16). Com isso não estamos dizendo que a história local/regional seja mais simples ou menos importante, mas sim que ela é uma das determinações da história social.

A História social, cultural e política já se impôs entre nós. Mas é preciso, sempre, ir mais longe; e ir mais longe, em História, significa radicalizar, o que, segundo Marx, é atingir as raízes humanas. Essas estão em seu local de fixação, nem sempre no seu local de nascimento. Daí a força que atingiu, hoje, a história local e regional.

O século em que vivemos nos apresenta uma realidade globalizada, com meios de comunicação ágeis e instantâneos, com experiências de alta tecnologia. O contexto do mundo atual constitui um cenário perfeito para a predominância da História geral, História global ou das civilizações, se sobrepondo ao interesse por uma história regional/local, detentora, já se disse, de um papel secundário, com conteúdos desnecessários e ultrapassados. O professor Ruy Medeiros, em um interessante livro sobre História local e memória, citando Marc Bloch, diz que a história é a “ciência dos homens” no tempo, e acrescenta “situados”, ou seja, “trabalhando, vivendo, produzindo, lutando, situados” (MEDEIROS, 2013, p. 27) ou localizados.

Nos últimos tempos, a história regional/local vive e persiste. Fundamentamos esta afirmação no fato de que uma análise específica do universo total não é capaz de explicar todo o processo histórico que se realiza entre o macro e o micro, perpassado pelos mais diversos níveis de acontecimentos que se interpenetram e se complementam. Lembrando Marx mais uma vez, diríamos que “o todo é mais que a mera soma das partes”.

A História pode ser objeto de uma análise macro ou micro, geral ou local, ambas válidas, dependendo da escala de observação usada pelo historiador. Aliás, a multiplicação das escalas de observação representa um movimento saudável e capaz de promover o conhecimento da produção social em seus mais variados níveis, revelando uma face mais aprimorada do processo histórico do total ao local.

Deve-se destacar, porém, que a História de caráter mais geral ressalta as semelhanças e homogênea o discurso historiográfico, mas não dá conta das especificidades dos lugares, como o faz o estudo do regional/local, que prioriza o que é particular, trata das diferenças e dá a perceber a multiplicidade das características existentes, razão de sua importância.

Já se disse que “toda história é local”, que todo fato se realiza em um “lugar”, e é neste lugar que se desenrola a vida de cada um. É no pequeno espaço, onde vivemos o dia a dia que enfrentamos nossos desafios e projetamos nossas aspirações. Por isso o homem, de uma maneira geral, busca, no seu lugar, as respostas para os porquês de sua existência, a explicação das questões que lhe são próximas e as razões que expliquem a sociedade na qual se insere. Interessa-se pela história que gira em seu entorno, que na ponta da linha é a História Local.

Essa História tem sido, entretanto, objeto de debates constantes e apresenta-se como um desafio para os historiadores, principalmente sob o ponto de vista teórico. Isto porque os contornos de seu conceito se apresentam indefinidos, a valorização de seus autores tem gerado variadas discussões e a definição de seus limites não tem sido tarefa fácil. A História Local foi, por este conjunto de circunstâncias, por algum tempo, uma categoria desvalorizada, ignorada e até mesmo evitada.

A diversidade de temas e tempos apresentados no dossiê “História Social, História Regional/Local”, que integra o volume 20, número 2, da Revista *Politeia: História e Sociedade*, atesta a vivacidade da História social/regional/local. Por exemplo, o artigo “Clio política e biografia: relevância da biografia e seus usos para a história política”, de autoria de Jorge Amorim, doutorando em História da Universidade Federal da Bahia, dá a sua contribuição ao debate ao questionar sobre a importância da biografia para o conhecimento histórico. De acordo com o autor, mesmo que o biografado seja reconhecido por seu cosmopolitismo, ele sempre está atuando em algum local. Isto sem contar que se pode correr o mundo, mas o local escolhido para viver faz sempre parte da biografia de um indivíduo. Amorim destaca a importância dessa modalidade de narrativa e estabelece as diferenças entre os usos panegírico e prosopopeico da biografia, ao tempo em que estabelece seu caráter historiográfico.

No artigo “Mandonismo e poder local no Sertão da Ressaca”, Belarmino de Jesus Souza, docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) revisita questões relativas ao poder local, coronelismo e as disputas políticas na cidade de Conquista, que mais tarde viria a se chamar Vitória da Conquista, no período conhecido como “República Velha”. O artigo é um excelente exemplo de como a história local pode lançar luzes sobre fenômenos da história nacional. Não se pode saber nunca exatamente o que foi o mandonismo Brasil afora sem se debruçar sobre suas manifestações locais. E Belarmino Souza o faz magistralmente.

Na História do Brasil, o poder local foi, sempre, exercido por homens, o coronel, o patriarca, o chefe da família. Mas o artigo de Idelma Aparecida Ferrerira Novais, doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) mostra que nem sempre as mulheres se deixavam intimidar por esse poder. Em um artigo que revela a força da história de gênero para a abordagem de um contexto específico, a Imperial Vila da Vitória, atual cidade de Vitória da Conquista, no século XIX, a autora lança mão de uma gama considerável de documentos, como inventários, testamento, petições etc, por meio dos quais pretende demonstrar que muitas mulheres não apenas resistiram ao domínio masculino, mas recorreram aos tribunais de justiça por direitos, para obter a tutela dos filhos ou a garantia de direitos de gestão sobre suas propriedades.

As mulheres protagonizaram, também, páginas de puro heroísmo na história local. Em um contexto nebuloso da História do Brasil, duas mulheres conquistenses se rebelaram contra o autoritarismo e a ditadura empresarial-militar que se estabeleceu a partir do ano de 1964. No artigo

"Mulheres nas lutas de resistência à ditadura empresarial-militar na Bahia: perspectivas no ensino de história", Daniela Rodrigues da Silva, mestre em Ensino de História pelo ProfHistória/Uesb, busca preencher uma grave lacuna existente na historiografia brasileira e nos manuais didático-pedagógicos do ensino de história, sobre os espaços políticos e institucionais das mulheres e sobre as narrativas de suas lutas e resistências. Contrariando as narrativas tradicionais da historiografia sobre o período, e a partir de uma ótica local e regional, a autora propõe reflexões sobre as trajetórias de mulheres nas lutas contrárias à Ditadura Sua análise contempla a participação dessas mulheres no combate ao governo ditatorial na Bahia e propõe considerações sobre as políticas de preservação de memória a partir do estudo do monumento/antimonumento "Aos 27 baianos mortos e desaparecidos políticos, vítimas da Ditadura Militar", situado em praça pública no município de Vitória da Conquista, cidade berço de duas mulheres que se lançaram nos embates contra a opressão ditatorial, Dinaelza Coqueiro e Diva Santana.

Outro exemplo de como a História local pode lançar luzes sobre temas da história nacional está no artigo de Marcelo Loyola, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorando pelo Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). O funcionamento da justiça no Brasil Imperial pode ser mais bem compreendido se visto de uma perspectiva local. Nesta perspectiva, o texto de Loyola, intitulado "Crime e justiça em Ilhéus, 1839-1843: interpretação de um processo de responsabilidade", analisa o funcionamento da justiça em Ilhéus, cidade localizada no sul da Bahia, a partir da investigação de um processo de responsabilidade impetrado contra um major, no ano de 1843. O autor revela os embates e enfrentamentos na construção da justiça no início da década de 1840, quando as reformas do código criminal foram efetuadas. Por meio desse processo de responsabilidade o autor fornece informações que permitem conhecer determinados aspectos do poder judiciário na instância local, seus limites e o alcance de seu funcionamento e a ligação com os projetos elaborados no bojo da construção do Estado imperial brasileiro.

Por tudo isso, a leitura desse dossiê torna-se imprescindível para o avanço da história local, mas também da historiografia de um modo geral.

#### REFERENCIAS

ALVAREZ, F. B. *Corre manuscrito*. Uma história cultural del Siglo de Oro. Madri: Marcial Pons, 2002.

APOSTOLIDÈS, J.-M. *O rei máquina: espetáculo e política no tempo de Luís XIV*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

BEBIANO, R. D. *João V. Poder e espetáculo*. Aveiro, Estante, 1987.

*Pol. Hist. Soc., Vitória da Conquista*, v. 20, n. 2, p. 22-36, jul.-dez. 2021. ISSN 2236-8094

- BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J.-F. (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.
- BURKE, P. *A fabricação de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- BLOCH, M. Os Reis Taumatugos. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- CARDIM, P. *Cortes e cultura política no Portugal do Antigo Regime*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- CASTRO, H. História Social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, R. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- CUNHA, M. S. *A Casa de Bragança, 1560-1640*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Estampa, 2000.
- CURTO, D. R. A cultura política. In: MAGALHÃES, J. R. (org.). *História de Portugal*, v. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- DAUMARD, A. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- DAVIS, N. Z. Las formas de Historia Social. *História Social*, n. 10, 1991.
- DUTRA, E. de F. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Vária História*, Belo Horizonte, UFMG, n. 28, p. 13-28, 2001.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FALCON, F. J. C. A Identidade do Historiador. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 7-17, 1996.
- FERREIRA, M. M. A nova “velha história”: o retorno da história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1990
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. História Econômica. In: CARDOSO, C. F. S.; VAINFAS, R. (org.), *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1977. 27-43.
- FRAGOSO, J. L. R.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B; Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império. *Penélope: Revista de História e Ciências sociais*, Lisboa, n. 23, ICS, p. 67-88, 2000.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GODINHO, V. M. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987.

- GODINHO, V. M. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- HESPAÑA, A. M. (org.). *História de Portugal*, v. 4. Lisboa: Círculo de leitores, 1993.
- KUSCINIR, K.; PIQUET-CARNEIRO, L. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 227-250, 1999.
- LADURIE, E. Le R, *O Estado Monárquico*. França, 1460-1610, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- MARX, K. Introdução [à crítica da Economia política]. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Col. Os Pensadores)
- MEDEIROS, R. H. A. *História local e memória: limites e validade*. Campinas: Librum, 2013.
- MONTEIRO, N. G. de F. *O crepúsculo dos grandes*. A casa e o patrimônio da aristocracia em Portugal (1750-1832). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- REMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Ed. Da UFRJ; Ed. Da FGV, 1996.
- REMOND, R. (org.). Por que a história política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 7-19, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *História*, São Paulo, v. 15, p. 27-39, 1996,
- REVEL, J. História ao rés-do-chão. In: LEVI, G. *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 7-37
- RIOUX, J.-P. E SIRINELLI, J.-F. (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SOBOUL, A. Descrição e medida social em História Social. In, GODINHO, V.M. (dir.) *A História Social: problemas, fontes e métodos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1973.
- SOIHET, R.; BICALHO, M. F. B.; GOUVÊA, M. DE F. S. (org.). *Culturas políticas*. Ensaio de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VOVELLE; M. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Humberto José Fonseca

Professor Titular Pleno aposentado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Doutor em História Social da Cultura pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)